

Mais prazo, menos juros: a proposta do Brasil em discussão.

O comitê de assessoramento da dívida brasileira vai recomendar aos bancos regionais que aceitem a proposta de renegociação do Brasil

Numa reunião que durou ao todo mais de seis horas, na sede do FMI, o comitê de assessoramento dos bancos e o governo brasileiro propuseram ontem ao comitê de coordenação dos bancos regionais que recomende a mais de 800 bancos em todo o mundo que concedam melhores condições de prazos e juros para o pacote financeiro que o país está negociando.

O pacote inclui um empréstimo-jumbo de 6,5 bilhões de dólares e o reescalonamento das amortizações que vencem em 1984, de valor superior a 5 bilhões de dólares, segundo comunicado distribuído à imprensa pelo presidente do Banco Central do Brasil, Afonso Celso Pastore, e William Rhodes, presidente do comitê de assessoramento dos bancos para o Brasil.

Segundo a proposta, tanto o novo empréstimo como o reescalonamento deveriam contar com prazo de 9 anos, com 5 de carência, e taxas de risco (spread) de 2% sobre a Libor (London interbank offered rate) ou 1,75% sobre a taxa básica dos Estados Unidos (prime rate).

O jumbo de 4,4 bilhões concedido no início deste ano e as amortizações de 1983 contaram com prazo menor de 8 anos com 30 meses de carência e spreads de 2,125% sobre o Libor e 1,875% sobre a taxa básica norte-americana.

Além disso, as taxas de reescalonamento para as amortizações do próximo ano foram reduzidas de 1,5% para 1%.

Ao sair da reunião, cerca das 21 horas, hora de Washington, Pastore e Rhodes falaram com 13 jornalistas que aguardavam o término da reunião desde as 16 horas.

Pastore disse estar satisfeito, mas cansado. Segundo ele, o comunicado, contendo as informações acima, explicava tudo. O texto tinha quatro parágrafos e 16 linhas. William Rhodes, do Citibank, afirmou que a reunião foi muito produtiva. Acrescentou que William Dale, diretor-gerente-adjunto do FMI, acompanhará Pastore durante toda a viagem a vários pontos do mundo para convencer os bancos a participarem do pacote. Pastore irá hoje de manhã a Toronto, no Canadá, depois a Honolulu, no Hawai, onde, no dia 11 de outubro, falará, a convite do Manufacturers Hanover, a pelo menos 300 banqueiros, numa reunião paralela ao encontro da American Bankers Association, que atrairá mais de cinco mil banqueiros à cidade. No dia 13 de outubro, Pastore estará em Tóquio; no dia 15 de Bahrain; no dia 18, em Londres e no dia 19, em Zurique.

William Rhodes não o acompanhará em todo o trajeto. Irá a Toronto e depois a



Zurique e Londres. Os vice-presidentes do comitê de assessoramento, Guy Huntrods, do Lloyds Bank, e Leighton Coleman, do Morgan Guaranty, se revezarão no restante da viagem. Rhodes explicou que um deles terá de estar em seu posto para acompanhar a evolução dos acontecimentos.

Foi Rhodes quem presidiu a reunião de ontem, durante a qual falaram o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, William Dale, o próprio Rhodes, Afonso Celso Pastore e pelo menos o chefe do subcomitê econômico.

Segundo um dos participantes, como o clima não era favorável a indagações, poucos se atreveram a fazer perguntas. As que foram feitas não foram respondidas satisfatoriamente, disse.

Questão salarial

Pastore comunicou aos banqueiros que o governo brasileiro mudou sua estratégia para lidar com a questão salarial. Aos jornalistas afirmou que o Brasil está tentando encontrar um pacote coerente para lidar com o problema salarial, mas que isso não afetaria as negociações com os bancos. Durante o encontro, um banqueiro perguntou a Pastore o que aconteceria se o acordo salarial não fosse cumprido de uma forma ou outra. Pastore não respondeu à pergunta.

Tanto o presidente do Banco Central como Rhodes afirmaram que a questão do empréstimo-ponte que o Brasil solicitou, como o do desembolso do novo empréstimo de 6,5 bilhões de dólares, dependeria do fluxo de caixa do Brasil até o final do ano.

Nenhum deles quis comentar o problema da participação de cada banco nesse empréstimo, mas Rhodes disse que poderia variar entre 10 e 11% de seus créditos junto ao Brasil. A porcentagem exata dependeria do número de bancos que participassem do pacote. Como se sabe, da última vez participaram 170 bancos e não se sabe ainda quantos participarão dos 800 que serão consultados agora.

Mas Rhodes foi duro durante o encontro. Disse que essas são as condições e, segundo a interpretação de um banqueiro presente, quem quiser participa assim. A mesma fonte disse que haverá resistência tanto ao aumento dos prazos como à redução dos spreads e das comissões.

Mas, se o pacote funcionar dessa maneira, será uma vitória considerável para o Brasil, tendo em vista as condições do mercado.

(A.M. Pimenta Neves, correspondente em Washington).